



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



1 255ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo

2 Ata da Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 26/08/2016.

3 Aos vinte e seis dias de agosto de dois mil e dezesseis foi realizada a ducentésima quinquagésima quinta reunião ordinária  
4 do Pleno do CES/SP, na sala 600 do Conselho Estadual de Saúde, no 6º andar do prédio da sede da Secretaria Estadual  
5 de Saúde, à Avenida Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 188, com as seguintes presenças e representações: I – PODER  
6 PÚBLICO: Secretaria de Estado da Saúde: I – PODER PÚBLICO: **Secretaria de Estado da Saúde:** Dr. David Everson  
7 Uip – Presidente; Geraldo Reple Sobrinho – Suplente; Stela Felix Machado Guillin Pedreira – Titular; Silvany Lemes  
8 Cruvinel Portas – Suplente - **Secretários Municipais de Saúde:** Odete Carmen Gialdi – Suplente - III  
9 **REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: Representantes dos Sindicatos de Trabalhadores na Área**  
10 **da Saúde** - Mauri Bezerra dos Santos Filho – Titular; Maria Isabel Cristina Martins Boniolo – Suplente; Natanael da  
11 Costa – Titular; Gerson Sobrinho Salvador de Oliveira – Suplente - **Associação dos Profissionais de Saúde:** Felipe  
12 Augusto Reque – Titular; Neide Aparecida Sales Biscuola – Titular - IV – **REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS:**  
13 **Centrais Sindicais:** Lázaro Cesar da Silva – Titular; Benedito Alves de Souza – Titular - **Sector Empresarial:** José Augusto  
14 Queiroz – Titular; Joffre Setterval Moraes – Suplente - **Associações de Portadores de Patologia:** Sheila Ventura Pereira –  
15 Titular; Roseli Sinkivicio M.B. Rezende – Titular - **Associações de Portadores de Deficiência** – Maria Alessandra da Silva  
16 – Suplente - **Movimentos Populares de Saúde:** Luiz José de Souza – Titular; Arnaldo Marcolino da Silva – Suplente;  
17 Glória de Almeida Saraiva Massoni – Titular; Idreno de Almeida – Titular; Douglas Nogueira Alves – Titular -  
18 **Associação ou Movimentos Populares de Defesa do Consumidor:** Flávio José Dantas de Oliveira – Titular - **Associações**  
19 **de Moradores:** João Cassiano de Oliveira – Suplente - **Programa ou Movimento Religioso de Defesa da Saúde:** João  
20 Inácio Mildner – Titular; Maria Cristina Silveira Prado Martins – Suplente - **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA:** I –  
21 **PODER PÚBLICO: Secretários Municipais de Saúde:** Stênio José Correia Miranda – Titular; Sandra Magali Fihlie  
22 Barbeiro – Suplente; Davi Eiji Furutani de Oliveira – Titular - **Universidades do Estado de São Paulo:** José Carlos Souza  
23 Trindade Filho – Titular; Silke Anna Theresa Weber – Suplente - II – **PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS**  
24 **DE SAÚDE: Entidades com Fins Lucrativos** – Marcelo Luis Gratão – Titular; Carlos José Xavier Tomanini – Suplente -  
25 **III - REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: Representantes dos Sindicatos de Trabalhadores na**  
26 **Área da Saúde:** Ana Lucia de Mattos Flores – Titular; Omar Braga Mendonça – Suplente – **Conselhos de Fiscalização do**  
27 **Exercício Profissional** – Ligia Rosa da Costa Pereira – Titular; Maria Lúcia Zarvos Varellis – Titular; Suely Stringari de  
28 Souza – Suplente - **Associação dos Profissionais de Saúde:** Laura Magrini Luiz Alonso – Suplente - IV –  
29 **REPRESENTAÇÃO DOS USUARIOS – Centrais Sindicais:** Oldimar Sergio Alves dos Santos – Suplente; Ismael  
30 Gianeri – Suplente - **Associações de Portadores de Patologia:** Claudio Toledo Soares Pereira – Suplente; Edvaldo Furtado  
31 Apolinário – Suplente - **Associações de Portadores de Deficiência** – Claudia Sofia Idalecio Pereira – Titular -  
32 **Movimentos Populares de Saúde** – Rosane Victória da Silva – Suplente - **Associação ou Movimentos Populares de**  
33 **Defesa do Consumidor:** Carlos Botazzo – Suplente – **Associações de Moradores:** Expedito Pedro do Nascimento –  
34 Titular - **AUSENTES:** I – **PODER PÚBLICO – Universidades do Estado de São Paulo:** Gustavo Pereira Fraga –  
35 Titular; Luis Augusto Passeri – Suplente - II – **PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE:**  
36 **Entidades Filantrópicas:** Meire Cristina Vieira Rosa Ghilarducci – Titular; Mara Christiane de Vasconcelos Liberato –  
37 Suplente – III - **REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: Conselhos de Fiscalização do Exercício**  
38 **Profissional** – Pedro Claudio Bortz – Suplente - IV – **REPRESENTAÇÃO DOS USUARIOS – Centrais Sindicais:**  
39 Rosilânia Correia Lima – Titular; Cleonice Caetano Souza – Suplente - **Associação de Defesa de Interesse da Mulher:**  
40 Aparecida Jacinto dos Santos - Titular; Maria José Majô Jandreice – Suplente - **CONVIDADOS(AS):** Maria Erminia  
41 Ciliberti, José Vieira da Silva, Amália de Jesus Esteves, Heloisa Helena de Castro, Thiago Silva, Jorge Harada, Narciso  
42 Favaro, Ricardo Custódio, Telma Regina Attizani, Henoeh Halsman. O Secretário Executivo Belfari inicia a reunião e  
43 informa que ainda não há quórum e assim que for estabelecido procederá as votações necessárias. Em seguida começa as  
44 justificativas e ausências e informa que devido ao prazo regimental, a Ata 254ª não será apresentada para votação. O  
45 conselheiro Arnaldo solicita questão de ordem e alteração de pauta à secretaria executiva, que chamará os conselheiros (as)  
46 Arnaldo e Neide no item.Informes. Retoma-se, o expediente e procede a leitura das justificativas de falta dos(as)  
47 conselheiros(as)e em seguida Belfari informa sobre alteração de titularidade solicitada pela Associação de Portadores de  
48 Patologias passando a Conselheira Sheila Ventura Pereira a ser titular e o Conselheiro Claudio Toledo Soares Pereira será  
49 suplente. Em seguida, o item Informe tem inicio com o Conselheiro Pe João comenta sobre a participação na 20ª Plenária  
50 em Brasília e destaca sobre a conjuntura atual e defende o posicionamento da Secretaria de Estado de Saúde. O  
51 conselheiro Benedito Alves de Souza informa sobre as devolutivas da 4ª CESTT e CNSTT, e ainda sobre a reunião das  
52 CISTTs estaduais em 08 e 09/09/16 e o compromisso do CNS em encaminhar para homologação. O conselheiro  
53 Mauri dá os informes a visita ao Hospital Heliópolis e relata os problemas estruturais e as dificuldades com a manutenção  
54 dos equipamentos e reforça sobre riscos eminentes aos pacientes e exemplifica a questão citando problemas com



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



55 elevadores e auto-claves e finaliza comentando sobre as providências tomadas pela diretoria do hospital. A temática  
56 suscita comentários no pleno e o conselheiro João Cassiano solicita esclarecimento e Belfari fala que o informe pressupõe  
57 o aprofundamento pela Comissão de Gestão do Trabalho e Funcionamento dos Serviços de Saúde. "A conselheira Stela  
58 solicita questão de ordem e encaminha que o hospital Heliópolis seja rediscutido e incluído na próxima pauta. A  
59 conselheira Neide Biscuola solicita a inclusão das moções como também para o próximo Pleno, a pauta de "Valoração do  
60 Trabalhador do SUS". O Secretário Executivo sugere que a questão seja apresentada à Mesa Diretora Ampliada, e  
61 encaminha para votação os itens apresentados por Benedito Alves e Neide Biscuola e procede a votação para inclusão na  
62 pauta: 16 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenção. Em seguida, o Belfari convida os palestrantes para apresentação do  
63 tema e agradece os convidados pelo comparecimento : Dr. Thiago Henrique da Silva, Dra. Odete Carmen Gialdi , e  
64 Neide Biscuola. A Conselheira Stela lembra aos conselheiros que a manifestação terá como base : o vídeo sobre a PEC  
65 24I, bem como, a apresentação referente aos "Riscos do SUS". Inicia-se a apresentação do vídeo e em seguida , o Dr.  
66 Thiago Henrique M. da Silva, médico da UTI da rede no município de São Bernardo do Campo, que agradece o convite  
67 e esclarece que sua fala será desvinculada de caráter político partidário e debaterá enquanto a sua atuação, como,  
68 profissional da rede SUS. Relata a partir de sua experiência profissional no SUS e debate sobre os "riscos da saúde" a e  
69 questiona quanto ao enfrentamento da uma tripla carga de doenças com um sistema econômico dos anos 80 e inclui ainda  
70 no debate ,a PEC – 24I como um ato anti civilizatório e aborda a questão que está " além da saúde "e aponta que apesar  
71 das dificuldades ,o Estado de São Paulo segue abordando a temática. Em seguida, o COSEMSSP representado pela Dra.  
72 Odete cumprimenta a todos e em nome do Presidente , Dr. Stênio Miranda abordará a discussão sobre a crise do SUS e  
73 questiona : Quando é que o SUS não esteve em crise? E inicia a exposição oral pontuando que o Sistema Único de Saúde  
74 sempre foi contra hegemônico e implantado , a partir do esforço dos movimentos sociais e num período de disputas  
75 políticas .Continua o dialogo com o Pleno debatendo quanto a definição do SUS como um conjunto de princípios que  
76 deve ser alcançado e que apresenta algumas falhas estruturais, o financiamento é uma delas, além do próprio modelo de  
77 saúde e completa com a não existência de políticas de saúde, que atualmente estão em processo de construção técnica e  
78 política e há necessidade desse desenho e define como desafiador. Defende que não há um único modelo de saúde a ser  
79 implementado e executado ,ele tem um desenho Tripartite porque são três entes federados com autonomia administrativa  
80 e política e com atribuições e responsabilidades no SUS e debate com o pleno sob a ótica da gestão municipal e fala da  
81 permanente discussão, pactuação a se dar unicamente por via política e não da política partidária, mas da política como  
82 único elemento para construir o processo civilizatório de convivência, consensos e que leve a uma sociedade mais justa e  
83 fraterna com mais direitos e reforça que isto é um grande desafio dentro desse cenário. O SUS é uma política inovadora,  
84 avançada que exige um engajamento e disposição dos gestores, trabalhadores e também dos próprios usuários para  
85 compreender esse desenho do SUS e compreender inclusive as suas limitações e que a oferta de saúde não é algo pronto  
86 não é algo dado mas é algo construído de forma permanente e por ser difícil cria conflitos principalmente num cenário em  
87 que a Saúde é vendida como mercadoria como um bem, reforçado pela saúde suplementar e pela mídia e continua o  
88 debate ao se falar sobre os riscos do SUS e o papel do gestor usando a expressão "remando contra a maré" citando o  
89 baixo financiamento como exemplo e comenta sobre períodos de avanço e estagnação mas nunca foi tão difícil quanto a  
90 profunda crise econômica e política com enormes reflexos no cotidiano das pessoas. Ressalta que, a Política está  
91 desacreditada visto que não é mais um espaço para construir alternativas consensos seja nas questões econômicas seja nas  
92 questões de políticas sociais hoje há esse esvaziamento e opina quanto tentativa de implementar um modelo novo de 15,  
93 20 atrás no Brasil o de outros mecanismos penso que para nos é o grande risco, há uma crise econômica o que agrava  
94 muito mais a responsabilidade da política pública num momento de crise e nesse sentido desde 2014 são dois milhões de  
95 brasileiros que deixaram os planos de saúde mais os e 150 milhões de brasileiros que estão dependem exclusivamente de  
96 usar o SUS e os outros que usam o SUS por meio de judicialização ou por meio de limitação do plano de .A  
97 responsabilidade da política pública do SUS é extremamente grande e pouco mostra sobre os avanços que o Brasil teve  
98 nos últimos 20, 30 anos como a política de saúde instituída como: a redução da mortalidade infantil , e o controle de  
99 muitas doenças infectocontagiosa e retoma a questão da tríplice carga de doenças mas sem sombra de dúvidas  
100 conseguimos avançar muito em relação e cita que crianças morriam por subnutrição no SUS e cita o exemplo de SB do  
101 Campo na conquista da taxa de mortalidade infantil 8.5 é um avanço grande e se comparado as taxas da mortalidade do  
102 segmento público e do setor privado e tece considerações sobre a melhora do resultado considerando toda a linha de  
103 cuidado e a rede de atenção e destaca que a mídia vislumbra e demonstra um um caos que o SUS. Dra Odete retoma a  
104 questão de financiamento no SUS e relembra que não se definiu uma regra clara que garantisse o financiamento com  
105 tempos definidos e a disputa sempre premente em relação ao financiamento do sistema de saúde.O risco posto na PEC  
106 24I é grande não só para saúde mas para educação básica e infantil e o congelamento do gasto por vinte anos é  
107 "agressivo" e retoma a questão da Saúde dos anos 60 e 70 e como acontecia a assistência e hoje o valor da aplicação  
108 mínima em recurso dos municípios e põe em discussão viabilidade da manutenção de serviços sem o incremento de  
109 recursos, frente a esta situação prefeituras e secretarias municipais cogitam em judicializar os governo federal e estadual



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



110 afim de provocar um realinhamento um reajuste dos valores recebidos. Nesse sentido defende a capacidade de diálogo,  
111 entendimento e buscar o mesmo objetivo e alerta para os riscos do SUS, e o impacto causado na vida futura desse país  
112 tanto na qualidade de vida, ter acesso a um cuidado a saúde e que também desconstrói toda uma rede de formação de  
113 ensino de pesquisa, toda formação mais intensa seja do médico ou mesmo das outras profissões da saúde e exemplifica  
114 com situações que usuários idosos de planos privados de saúde e os hospitais privados não atendem ou com o preço  
115 elevado do plano de saúde migram para o SUS e os profissionais de saúde cuja o seu aprendizado, residência num hospital  
116 privado acaba não vivencia realidade de saúde pública, que implica conhecer o contexto em que esta saúde acontece e que  
117 é muito impactante. Ainda manifesta-se sobre as incertezas, duvidas sobre quais serão os caminhos das políticas de saúde  
118 cuja a principal responsabilidade atribuição de pensar isso é do Ministério da Saúde-MS Agradece a oportunidade e  
119 finaliza sua apresentação. O Secretário Executivo agradece a fala da Dra. Odete e ressalta a presença de conselheiros  
120 municipais: Dona Amália, Sra Heloisa Helena de Guarulhos, Dr. Jorge Harada, Sr. Narciso. Em seguida o Presidente do  
121 Conselho e Secretário de Saúde Dr. David Uip tem a palavra e destaca que não discutirá a PEC 24I em função da  
122 unanimidade de posições quanto a não aceitação e a violência aos princípios do SUS a luta é absolutamente a favor ao  
123 SUS. Em continuidade Dr. David põe em debate o porquê do financiamento não dar certo e resgata o histórico da Saúde  
124 no Brasil desde a década de 40 até os anos 90 perpassando pelos institutos, benemerência(Santas Casas), o INPS até a  
125 Constituição (1988) debatendo que não há financiamento para a Saúde, comenta sobre o fator do sub-financiamento e  
126 traça uma comparativo com os índices aplicados por cada ente federado e comenta que “quem mais arrecada é quem  
127 menos financia e quem mais é penalizado são os municípios e argumenta que a municipalização fragilizou saúde pois os  
128 municípios colocam 30% do seu orçamento ou percentual maior e que 70% tem menos de 30 mil habitantes. E  
129 complementa que certamente 70% desses municípios não têm competência financeira para financiar a media e alta  
130 complexidade. Dr. David retoma a temática de financiamento do estado de São Paulo que aloca quase 13% e entende que  
131 é insuficiente já que orçamento na saúde é de 21 bilhões de reais e seguramente é a maior parte do financiamento de  
132 saúde do país e complementa que apesar do aumento de 8.6% entre 2013 a 2016 reafirma ser insuficiente considerando  
133 a inflação nominal de mais de 10%. Outro ponto debatido por ele foi sobre “Saúde é um direito de todos e um dever  
134 do estado” previsto na Constituição federal e ressalva que deveria constar a inclusão “em cima de políticas econômicas  
135 em cima de políticas públicas” (SIC) e conclui que não é possível fazer Saúde sem recurso financeiro e defende ser essa a  
136 maior justificativa contra a PEC 24I ao invés de aumento está diminuindo o financiamento. Dr. David Uip ressalta a  
137 necessidade da revisão do pacto federativo e o comprometimento com os pagamentos e juros da dívida do país, que  
138 elimina qualquer iniciativa frente a saúde, educação e segurança e ainda a não sensibilização para questão e o  
139 enfrentamento para discussão quanto a dívida, o orçamento da União e que são alguns trilhões de reais totalmente  
140 disponibilizado para dívida e requer o aprofundamento no debate e que o Estado tem os mesmos anseios que os  
141 municípios e manifesta a contrariedade em relação aos Planos de Saúde Populares e fala. Faz uma análise sobre o  
142 Programa Mais Médico, que é uma ação positiva porem critica a forma de contratação, bem como, a remuneração e ainda  
143 debate a graduação dos novos médicos. Nesse sentido atrela ao tema o programa de novas faculdades de medicina e  
144 discute sobre a necessidade de infraestrutura e manutenção e relaciona com os municípios que se candidataram e faz a  
145 arguição quanto a formação deste novo profissional e contexto de atuação dele e ainda faz referencia as empresas  
146 educacionais privadas que ganharam os certames e indaga sobre possíveis pactos com os gestores locais municipais ou  
147 estaduais para garantia para a formação dos alunos e o custos é de responsabilidade do gestor público e o lucro das  
148 empresas privadas e recupera a discussão anterior e comenta que a despeito de partidos há bons e maus cidadãos nesse  
149 meio e relembra que a crise é financeira econômica e política, como também moral e ética e faz referencia a corrupção  
150 sistêmica de todo o país. Dr. David elenca os problemas da saúde em quatro: 1º sub financiamento, 2º qualidade de gestão  
151 3º desperdício e roubo, 4º judicialização e ainda comenta sobre a conduta dos profissionais médicos e seu  
152 constrangimento quanto ao percentil a maior sobre as atividades realizadas e que isso reforça a judicialização. E nesse  
153 tema informa que custa ao Estado de São Paulo 1,2 bilhões em 2016 e entende que a judicialização totalmente  
154 pertinente que é o direito do cidadão e refere os fatos e as excentricidades que ocorrem em função desta questão e cita os  
155 objetos das ações judiciais: medicamentos, órteses e próteses, insumos dentre e comenta sobre o fluxo das ações ao  
156 adentrar na Secretaria de Estado que obriga a aquisição no prazo de 24 horas e isto significa: comprar mal e sem  
157 qualidade e é incisivo quanto a importância do posicionamento não só o Conselho Estadual de Saúde como também da  
158 Secretaria de Estado da Saúde e dos outros entes federados. Dr. Davi fala que a judicialização ultrapassa o âmbito de uma  
159 Secretaria de Estado e pensa que trata-se de uma discussão de governo mesmo e o governo tem que se posicionar é assim  
160 que eu vejo isso estou muito preocupado e refere pessoalmente que abdicou de várias passagens sua vida por acreditar no  
161 SUS e defendo ardorosamente. Dr. David Uip defende as mesmas causas que no fundo é a defesa da população, e entende  
162 que perpassa por uma questão política. O secretário executivo Belfari passa a palavras aos Conselheiros inscritos: Neide,  
163 Arnaldo. O Conselheiros Pe João defende a importância e solicita posicionamento do Secretario, enquanto Presidente do  
164 Estadual e de que forma ele poderia incluir na agenda de Governo e para ciência do Governador e Parlamentares, a



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



165 questão do SUS. Em seguida, o conselheiro Arnaldo cede a palavra ao Sr. Narciso, representante COMUS de Taboão da  
166 Serra que comenta sobre a tributação dos recursos e o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado frente a  
167 recursos não recebidos e faz suas considerações finais de como Secretaria de Estado se dispõe a discussão da temática e  
168 propiciar a discussão para os atores políticos e agradece pela participação. O Conselheiro Pe João manifesta que a  
169 população não está ciente dos riscos do SUS e propõe que os conselheiros Estaduais e Municipais realizem Audiências  
170 Públicas pois o Conselho fala para si e propõe o seguinte encaminhamento: Realização de uma plenária geral frente ao  
171 risco do SUS-SP. O conselheiro Gerson, segmento trabalhador manifesta satisfação sobre o posicionamento do Secretário  
172 Dr. David Uip enquanto presidente do conselho e argumenta as proposituras. Em seguida, cita as mobilizações referentes  
173 a temática discutida e entende que a discussão deve ser ampliada com uma aliança suprapartidária entre educação, saúde e  
174 assistência social. O conselheiro Luiz de Souza comenta que essa discussão foi pauta da 20ª plenária em Brasília e agora o  
175 momento é agir. E reforça a propositura do presidente do conselho ao levar ao Governador e como encaminhamento  
176 propõe: Elaborar um documento a ser levado ao governador. A conselheira Alessandra comenta sobre a questão apontada  
177 pela secretaria de saúde Dra. Odete de que o governo, enquanto contadora entende sobre a questão de “fechar a conta”  
178 não haver corte e não concorda com corte em saúde e educação. Questiona: a conta se fechara como? Em seguida, o  
179 conselheiro Idreno, segmento usuário comenta sobre a responsabilidade de trazerem as questões da 20ª plenária e defende  
180 de que o recurso não deve ser retirado da saúde e que o governo que recebeu mais de 50 milhões de voto tinha um plano  
181 de governo e programa. O conselheiro Idreno aponta também que a saúde é investimento e que o resultado é à longo  
182 prazo. A conselheira Sheila parabeniza iniciativa e se sente feliz com as estratégias e observa que os problemas são maiores  
183 e não temos a visibilidade da gravidade da situação. A sugestão é convidar outras secretarias para o debate secretarias de  
184 educação, desenvolvimento social e segurança. Dr. David Uip tece comentários sobre as argumentações finais e retoma o  
185 tema sub financiamento que é de responsabilidade do Ministério da Saúde e concorda com a conselheira Alessandra em “  
186 as contas fecharem” e que o mecanismo de controle deve ser vigoroso e em seguida comenta sobre a importância em  
187 investir sobre os equipamentos próprios e o que estiver em seu direito de responder ele se posicionará e se retira da  
188 reunião. Em seguida, Belfari transmite o posicionamento da Procuradoria Jurídica sobre ausência do Presidente do  
189 Conselho quem assume a presidência é o seu suplente e que para esta reunião plenária o Dr. Geraldo colocaria para  
190 presidir a Mesa Diretora na pessoa de sua presidente, a Conselheira Stela, em seguida conselheira Neide solicita questão  
191 de ordem para dizer que entende que o Dr. Geraldo Reple é o Secretário de Saúde e na ausência do Secretário Dr. David  
192 Uip ele seria o Secretário da Saúde porém ele não seria suplente do Presidente do Conselho e agradece o gesto do Dr.  
193 Geraldo por sua atitude de não aceitar presidir esta sessão. A Mesa Diretora assume a presidência, A Conselheira Stela  
194 passa a palavra para o Dr. Jorge Harada inicia sua fala pontuando sobre a questão na qual não se deve ter um  
195 posicionamento político partidário de concepções ideológicas ou de concepções várias, trata-se de movimento civilizatório  
196 e o CES tem um papel fundamental e é um espaço técnico e político partidário não é só um posicionamento de governo é  
197 um posicionamento do controle social que representa esse Estado todos os paulistas. Ele ainda menciona que saúde é  
198 direto assim como educação, segurança como assistência social e a seguridade social e reafirma que o SUS esta em risco.  
199 O Dr. Harada registra que há vários outros movimentos no dentro e fora do Congresso por se tratar de movimento  
200 constante de disputa e de interesse de mercado e cita a PEC 31 e 451/2014. Nesse momento a questão é a defesa do SUS  
201 e qual é o papel do CES e além da moção sugeri fazer um ato público na Assembleia Legislativa e com todos os  
202 movimentos sociais e continua ao sistema único de saúde - SUS só existe hoje porque houve toda a mobilização da  
203 sociedade brasileira dentro do regime militar no movimento da Reforma Sanitária e a luta deve ser por reformas:  
204 Políticas, tributárias, administrativas e ter como meta o pacto federativo, que não é só sub financiamento fala o senhor  
205 Harada e ainda debate que a discussão é acerca da capacidade e amadurecimento fundamental para mobilizar e fazermos a  
206 defesa do SUS nesse momento critico que a sociedade passa. O convidado Thiago solicita a palavra e comenta uma  
207 situação de crise “temos que fechar a conta.” Por que a questão só cai para a conta do pobre não recai sobre as grandes  
208 fortunas?(SIC). Ele pede que o Conselho Estadual de Saúde que elabore um documento e envie toda bancada parlamentar  
209 para ser acionada em torno da PEC-241 e o posicionamento do Secretário de Saúde. Debate ainda, as questões  
210 apresentadas são um risco a democracia. O conselheiro Mauri chama a atenção sobre a PEC 257 com as questões  
211 contingenciamento e qual será o posicionamento de São Paulo frente às questões da dívida e como também ficarão as  
212 questões tributárias e diz que se sente contemplado com a fala do Dr. Jorge Harada e do Dr. Thiago. O Conselheiro Flávio  
213 Dantas tem três propostas, no entanto, aguardará a conselheira Neide fazer sua apresentação e se não sentir contemplado  
214 se manifestará. A Conselheira Maria Cristina parabeniza e agradece ao convidado Dr. Thiago Henrique e se manifesta  
215 enquanto representante da RENAFRO a mobilização do movimento e menciona sobre os pactos junto aos seus  
216 candidatos e a importância das audiências públicas e reitera a importância do Controle Social. A conselheira Maria  
217 Cristina solicita que o senhor Secretário Dr. David Uip transmita ao Pleno, o resultado dos encaminhamentos. O  
218 conselheiro Lázaro comenta a partir de sua representatividade enquanto ramo da alimentação e o que significa no que diz  
219 respeito de todos os males que estamos vivendo é o direito de pensar. A conselheira Alessandra comenta sobre a



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



220 recomendação ao congresso e propõe a taxaço sobre grandes fortunas e defende a publicizaço dos dados e sobre as  
221 questões legais utilizando o portal da transparência e da lei do acesso à informação. A conselheira Maria Alessandra  
222 solicita e cópia das atas CISTT para averiguar as informações. A conselheira Stela esclarece que há representatividade  
223 deste conselho no CONSEAS sobre a temática da alimentação citada pelo Conselheiro Lazaro. O conselheiro João  
224 Cassiano comenta e agradece aos convidados presentes Conselheira Stela pergunta se convidado Thiago deseja fazer suas  
225 considerações finais e Dr. Thiago se manifesta contemplado com a fala do Secretário e Presidente do Conselho Dr. David  
226 Uip pela sua visão de uma política não partidária, agradece a oportunidade de expor em defesa do SUS. A Conselheira  
227 Isabel fala da política de prevenção das doenças, no caso a política de porque o sistema hoje é todo embasado só em  
228 cuidar da doença, do doente então se nós cuidarmos e tivermos essa reflexão das práticas e alternativas de saúde para que o  
229 indivíduo se mantenha saudável certamente não se construiria tantos hospitais e UBS enfim toda essa rede então pensar  
230 em investir muito mais na prevenção. Em seguida , a conselheira Neide Biscuola realiza a apresentação sobre as despesas  
231 com saúde e faz uma análise comparativa com os gastos e debate as políticas de saúde e propõe uma auditoria externa  
232 para confirmar se aprova essa dívida e menciona a Lei nº1.3097/2015 que fala das complementações do sistema dinheiro  
233 estrangeiro, como também cita a Emenda nº 86 que trata do recalcuro para o repasse do gasto na construção do  
234 orçamento mínimo e propõe “ ir para a rua para conversar com a população” (SIC) e ressalta que não se perde direitos,  
235 perde-se conquistas. Durante a apresentação cita outras emendas: 451/2014,31/2016, 257/2016 e diante do panorama  
236 e questionamentos sobre o que será feito, a conselheira propõe a realização de audiência pública para demonstrar o que o  
237 Estado aponta como dinheiro novo. Ela então confirma os seguintes encaminhamentos:1ª proposta: dia 11/09 uma data  
238 emblemática, discutir a “carta de São Paulo” com a população para voltarmos a ter o SUS que precisamos. 2ª proposta de  
239 uma audiência pública na ALESP para que o governador tenha alguma chance de enviar uma Resolução do CESSP para  
240 os nossos deputados .O conselheiro Flávio sugere fazer uma pequena mudança no parágrafo final da Carta de São Paulo e  
241 pergunta como dar maior visibilidade? Como utilizar meios mais poderosos para mostrar a população o que o CES está  
242 fazendo e fala e enquanto conselho pode provocar o poder judiciário de forma coletiva. A conselheira Stela fala que o  
243 CES não tem personalidade jurídica e cada instituição que tem que entrar com ação. Conselheiro Arnaldo pede a palavra a  
244 carta é do CESSP e deve ser encaminhado ao Secretario para chegar ao Governador e propõe encaminhar também as  
245 centrais sindicais, como também aos movimentos religiosos. A conselheira Stela lembra da pauta extensa e do tempo  
246 curto. O Conselheiro Felipe Reque fala da necessidade de pulverizar a carta para dar repercussão e cita exemplos para  
247 divulgação, o Programa do governo de São Paulo mediante salas de leitura e que repliquem a carta por outros meios de  
248 comunicação, sugestão de gravar um vídeo rápido para disponibilizar e disseminar a informação pela mídia. A conselheira  
249 Stela antes de abrir a palavra a Erminia, ela faz ponderações quanto a importância do corpo a corpo e informa que a carta  
250 São Paulo já foi redigida. Erminia ,representante do COSEMSSP fala que é fundamental que a Carta de São Paulo saia  
251 como recomendação do conselho e outra questão é o comprometimento referente ao período eleitoral. Em seguida a  
252 Conselheira Stela solicita a verificação de quórum e após esta ação , coloca em regime de votação: A carta São Paulo ser  
253 transformada em recomendação do Conselho Estadual de Saúde de SP. O conselheiro Pe João solicita a questão de ordem  
254 sobre os encaminhamentos referentes à Audiência Pública. A conselheira Stela faz em processo de votação para: dia 11/09  
255 a manifestação na Paulista e ainda encaminhar para todo legislativo tanto estadual quanto federal e bancada do estado de  
256 São Paulo, encaminharmos aos nossos candidatos que tenham vinculo ou esse olhar pro SUS, passar vídeos nas unidades  
257 de saúde, A responsabilidade é da Mesa Diretora Ampliada. Propões a votação dos encaminhamentos: 16 (dezesseis)  
258 votos a favor, 01 (uma) abstenção e nenhum voto contrário. Em seguida é proposta a leitura e discussão das varias  
259 homologações por Stela, item por item para votação em bloco: item I decreto de ressarcimento, acréscimo além de  
260 segmento de trabalhador todo segmento da sociedade civil organizada votação no final, item II homologação da  
261 recondução do conselheiro Claudio Toledo Soares Pereira como membro titular e indicação de representante suplente no  
262 Comitê Técnico Estadual de Saúde integral da população LGBTTT, quem se propõe a ser suplente, O Conselheiro Felipe  
263 Reque se candidata. O Item III Homologação de representante do segmento dos usuários para atuar como membro titular  
264 no Comitê de Ética em pesquisa – Seres Humanos do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo em  
265 substituição a Luiz Carlos Medeiros de Paula em afastamento pela Lei eleitoral o suplente é o Professor João Cassiano. O  
266 conselheiro João indica o Conselheiro Flávio Dantas, que justifica não ter condições de aceitar e que já participou desse  
267 comitê na UNIFESP e aproveita para colocar um questionamento sobre a necessidade de ter efetivamente um membro do  
268 conselho nos comitês de ética em pesquisa , porque é uma área muito técnica e muito específica e coloca que participar do  
269 comitê, o membro deve analisar e o cerne do projeto de pesquisa quanto ao aspecto técnico e metodológico deve estar  
270 envolvido e não somente o aspecto ético e desconhece a existência denormativa legal. A Conselheira Stela esclarece que  
271 existe sim uma normativa legal que diz que tem que ser conselheiro usuário para ser representante do Comitê de Ética. Em  
272 seguida , o professor João Cassiano se dispõe a assumir a titularidade e fica em aberto a suplência. IV- homologação do  
273 representante do segmento dos usuários para atuar como suplente no comitê Estadual de Controle Social de Tuberculose  
274 de São Paulo em substituição a Conselheira Sara Munhoz o titular é o Conselheiro Claudio Toledo, a Conselheira Roseli



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



275 Rezende aceita ficar como suplente, item V- homologação do representante no Comitê Estadual de Vigilância à morte  
276 materna, infantil e fetal, atuando como titular Felipe Augusto Reque, indicada para suplente Sheila Ventura Pereira. A  
277 homologação do representante no Comitê de Ética em pesquisa da Faculdade de Odontologia da Universidade de São  
278 Paulo, atuando como titular Benedito Alves de Souza, indicada a conselheira Neide Sales Biscuola como suplente,  
279 Homologação do representante suplente no Comitê de Ética em pesquisa do Hospital do Coração – Associação do  
280 Sanatório Sírio, atuando como titular Benedito Alves de Souza, a suplência ficou em aberto ficará a cargo da secretaria  
281 executiva consultar os conselheiros do segmento dos usuários; item VII – Homologar a participação do Conselheiro  
282 Douglas Nogueira Alves, na reunião do Conselho Municipal de Mauá, dia 31/08/2016; homologar a participação do  
283 Conselheiro Douglas Nogueira Alves em reuniões realizadas 05,08 e 22 de agosto e, item VIII – Homologação do  
284 representante para participar como titular na Comissão Intergestores Bipartite, em substituição a Leonides Gregório da  
285 Silva também afastado pela Lei eleitoral, atuando como suplente: a Conselheira Rosane Victoria da Silva e o Conselheiro  
286 Idreno de Almeida assume a titularidade. Item IX- homologar a participação do conselheiro Mauri na reunião do VII  
287 FORSALT 2016 em Poá e o Conselheiro Mauri informa que não pôde participar e pede a exclusão do item pois não  
288 participou e o item X- homologar a participação dos conselheiros: Ana Lucia de Mattos Flores, Arnaldo Marcolino da  
289 Silva e Benedito Alves de Souza para participarem de reunião em 29 de agosto em Presidente Prudente com os delegados  
290 da 4<sup>a</sup>CESTT e CNSTT a devolutiva que será feita, item XI – prorrogação do funcionamento do Grupo de Trabalho do  
291 Regimento Interno no mesmo período mais noventa dias.E por fim, o conselheiro Benedito Alves de Souza pontua sobre  
292 a inclusão de pauta da participação do coordenador da CISTT Estadual nos dias 08 e 09 de setembro em Brasília reunião  
293 da CISTT Nacional e as duas moções , uma de recomendação ao Ministro Ricardo Barros e a outra de repúdio ao  
294 Ministro Ricardo Barros. Inicia-se a votação das homologações 17 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenção, Aprovado,  
295 Processo de votação da moção de Recomendação: 16 votos a favor, 0 votos contra e 01 abstenção, Aprovado. Moção de  
296 Repúdio em processo de votação: 15 votos a favor 02 contra 0 abstenção, Aprovado. Minuta de recomendação referente à  
297 OSS votação: 15 votos a favor, 02 votos contra e 0 abstenção. Ata lavrada por Cássia Tubone, Solange Gomes e Sílvia  
298 Tropardi.  
299